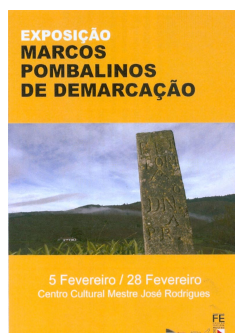


No Centro Cultural

Mestre José Rodrigues

Até 28 de Fevereiro



Exposição “Marcos Pombalinos de Demarcação”

Aberta em 5 de Fevereiro, esta exposição fotográfica do Museu do Douro, integrada nas Comemorações dos 250 anos da Região Demarcada, traz à memória um património até agora pouco divulgado que são os marcos de demarcação que traçavam a delimitação da região autorizada a produzir os vinhos da Feitoria.

A publicação que serve de suporte a esta exposição, coordenada por Natália Fauvrelle, é de 2007 e parte de dois textos essenciais que são o decreto nº 35.909 de 1946, que classifica os marcos graníticos mandados colocar em 1757 pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, uma medida tão inédita quanto polémica do Marquês de Pombal e o estudo de Álvaro Fonseca, *“Marcos Pombalinos”*, de 1951, ambos reproduzidos na íntegra.



Marco nº1 da Demarcação de 1758
Quinta de S. Gonçalo da Ribeira
Resende, Barrô
Col. António Augusto Botelho Lobo Alves

De qualquer forma, estava então criada não a primeira região demarcada de vinhos do mundo,

como por vezes se diz erradamente, mas aquela que pelas suas características e organização lançou com pioneirismo os fundamentos do que viriam a ser posteriormente as características essenciais das regiões demarcadas de vinhos: delimitação precisa do território, cadastro e classificação das parcelas em função da qualidade, ou seja, o que modernamente se designa por “*denominação de origem controlada*”.

A obra a que me refiro é hoje um documento bibliográfico incontornável para quem se queira dedicar ao tema e constitui um autêntico roteiro patrimonial desse enorme espaço transmontano e alto duriense que é hoje considerado património mundial, ainda que os limites aqui definidos sejam muito distintos dos actuais e não incluam, por exemplo, a freguesia de Vilarelhos no concelho de Alfândega da Fé.

Na realidade, esta exposição não poderia abranger nenhuma área do concelho de Alfândega da Fé. Embora subsistam, pelo menos para mim, algumas dúvidas quanto à época em que parte do território do concelho de Alfândega da Fé passou a integrar a região demarcada, ou pelos menos ficou na sua orla e tal facto impulsionou o desenvolvimento da cultura da vinha, mesmo que confinada apenas aos chamados “*vinhos de ramo*”, o certo é que recorrendo ao estudo de Gaspar Pereira,

Douro e o vinho do Porto”

(Edições Afrontamento, 1991), só podemos afirmar que este concelho, na sua totalidade, integrou a região demarcada com a legislação de João Franco, de 1907.

Mas a história, no que respeita a este concelho, pode muito bem ser outra e está por contar.



A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro é um bom exemplo do dilema nacional setecentista e oitocentista entre as políticas proteccionistas e o livre-cambismo.

Foi deste confronto que surgiu a extinção da Companhia em 1834 e é ainda deste confronto que ressurgiu em 1838, com uma concessão de mais vinte anos e voltará a ser extinta com o Fontismo e sucessivamente, de então para cá, objecto das mais diversas alterações. Entre aqueles dois momentos (1834-1838) assiste-se a uma expansão descontrolada dos vinhedos e, possivelmente, é aí que o concelho de Alfândega da Fé passa a integrar parte significativa do seu território (então mais virado para o Vale da Vilariça do que actualmente) neste importante negócio. Recordemos que nos anos 30 e 40 do século XIX o concelho teve um dos políticos mais relevantes do distrito, com alguma projecção nacional, o Morgado de Vilarelhos, Dr. Francisco António Pereira de Lemos. Seguramente que este conhecido agricultor da Vilariça e homem influente nas lides políticas da época, nomeadamente do Setembrismo, não ficou fora deste jogo de interesses económicos!



As preocupações que na segunda metade do século XIX revelam algumas actas da Câmara Municipal sobre o ódio e a filoxera deixam perceber que o assunto da vinha tinha relevância económica no concelho e a existência dos “*Alambiques*” aqui bem próximos da Vila não enganam quanto a essa realidade.

Regressando ao decreto de João Franco, de 1907, deixo ainda uma outra nota curiosa, que é o facto de a então Comissão de Viticultura da Região do Douro ser constituída por vogais concelhios e uma Comissão Executiva, sendo que Alfândega da Fé tinha um daqueles vogais (Carla Sequeira, “*A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932*”, Cadernos da Revista Douro – Estudos e documentos, 2000) desconhecendo actualmente quem seria essa pessoa. Na época e olhando apenas para a Vilariça, Camilo de Mendonça, em Vilarelhos (herdeiro do Morgado) e António Ochôa, em Santa Justa, eram os homens fortes da agricultura desse tempo. O primeiro seria pai de Joaquim Mendonça, fundador da primeira Comissão Municipal Republicana e o segundo seria genro de Simão Machuca, natural de Assares, de família possivelmente com ligações à Maçonaria, também fundador daquela comissão e após o 5 de Outubro primeiro Presidente da Câmara Municipal Republicana.



Há linhas que se traçam na história e são demasiado coincidentes para nos deixar indiferentes... e eu acabo de deixar aqui algumas pistas para quem queira debruçar-se sobre esta questão da Região Demarcada, do papel do Vale da Vilariça e dos seus Agricultores e da importância política local e regional que algumas figuras tiveram ao longo do século XIX e boa parte do século XX.

E tudo isto a propósito de uma exposição que vale a pena visitar e explorar pedagógica e educativamente.

F. Lopes, 18 de Fevereiro de 2010